

## A ESCRAVIDÃO NA SOCIEDADE DE CORTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA LITERÁRIA DE JOSÉ DE ALENCAR

Lara de Sousa Lutife<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19963805>

### RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar as representações da escravidão no contexto da sociedade de corte, a partir da obra literária do escritor José de Alencar. A pesquisa se insere na perspectiva da História Cultural e utiliza a investigação bibliográfica e documental, com ênfase na Literatura enquanto fonte histórica basilar. A discussão será fundamentada nos conceitos de “Práticas Letradas” (Cardoso, 2016) e “Representação” (Chartier, 1990), com o intuito de compreender de que modo a escravidão é representada na produção alencariana e em que medida essa representação dialoga com os valores e a conjuntura da sociedade de corte.

**Palavras-chave:** Escravidão; José de Alencar; Literatura.

### ABSTRACT:

This article aims to analyze the representations of slavery in the context of court society, based on the literary work of writer José de Alencar. The research is part of the perspective of Cultural History and uses bibliographical and documentary research, with an emphasis on Literature as a fundamental historical source. The discussion will be based on the concepts of “Lettered Practices” (Cardoso, 2016) and “Representation” (Chartier, 1990), with the aim of understanding how slavery is represented in Alencar's production and to what extent this representation dialogues with the values and context of court society.

**Keywords:** Slavery; José de Alencar; Literature; Literary Practices.

### INTRODUÇÃO

Estudos e análises sobre a temática da escravidão revelam-se de fundamental importância no campo historiográfico. Pensando nisso, o artigo propõe uma reflexão acerca da escravidão na sociedade de corte a partir da Literatura produzida por José de Alencar, tendo como fonte central a obra literária *O Demônio Familiar*<sup>2</sup> (1857). Nesse sentido, as discussões que se seguem resultam da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado<sup>3</sup>, da qual iremos destacar alguns trechos e eixos de

---

<sup>1</sup> Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduada em História pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). E-mail: [laralutife13@gmail.com](mailto:laralutife13@gmail.com)

<sup>2</sup> *O Demônio Familiar* consiste em uma obra teatral escrita por José de Alencar em 1857. Publicada e encenada no mesmo ano, no palco dramático da Corte Imperial brasileira. A obra tem um escravo doméstico como personagem central e através de suas ações e relações com os demais personagens, permite conduzir uma análise sobre como a escravidão foi representada por José de Alencar na sociedade de corte.

<sup>3</sup> A dissertação tem como título “José de Alencar e a Escravidão: literatura, teatro e escritos políticos (1850-1867)” e foi submetida ao Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Ceará- UECE, no ano de 2024.

discussão, para serem problematizados e analisados acerca das representações da escravidão por Alencar em sua produção literária.

Para compreendermos os pontos que direcionam a discussão, a priori, é preciso nos remetermos ao contexto do Brasil oitocentista, sobretudo, entre as duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, quando foram amadurecidos os debates acerca da abolição da escravatura no Brasil. Naquele cenário, José de Alencar foi personalidade atuante nas discussões a respeito do tema em produções no campo do Teatro<sup>4</sup>, da Política<sup>5</sup> e em outras manifestações literárias que registraram a complexidade do pensamento do autor em relação à escravidão.

Contudo, percebemos que a abordagem sobre a representação da escravidão na produção de José de Alencar foi pouco explorada, tanto nos domínios da crítica literária, quanto da História. Diante disso, este estudo propõe uma análise, sob a perspectiva da História, das representações da escravidão em sua produção literária. Para tanto, é fundamental considerar as próprias práticas e valores constituintes da sociedade de Corte.

Nesse cenário, iremos analisar os documentos, ideias e produções difundidas nas décadas de 1850-1860, quando os debates acerca da escravidão e os escritos alencarianos sobre o tema passaram a aquecer a sociedade de Corte. Diante disso, a análise destes elementos se fará à luz do conceito de *Práticas Letradas*<sup>6</sup>, que pode ser entendido como,

[...] realizações praticadas cotidianamente em prol do letramento, como a difusão de ideias e visões de mundo e de sociedade através da leitura em gabinetes e círculos de leitores; da impressão e circulação dos textos em livros, revistas e jornais e da promoção de saraus e debates nas associações e grêmios literários, científicos e filosóficos, com a produção intelectual ordinária, ritualizando o saber letrado (Cardoso, 2016, p. 15).

Apropriando-se dessa composição conceitual, é pertinente interpretar os múltiplos espaços e sujeitos da sociedade de Corte, pois, a partir da análise histórica, tais elementos podem contribuir para entendermos as discussões estabelecidas no período, sobretudo, no que tange à escravidão e como Alencar estava inserido nesse círculo letrado. Adentrar nesses espaços, é indispensável quando sabemos das diversas atividades do escritor cearense no cenário da Corte e por isso, acreditamos que

<sup>4</sup> No campo do Teatro destacam-se as obras *O Demônio Familiar* (1857) e *Mãe* (1860).

<sup>5</sup> No campo político, Alencar proferiu discursos sobre a escravidão em sessões parlamentares e em Cartas Políticas.

<sup>6</sup> O conceito de Práticas Letradas é aqui considerado como o conjunto de ideias, opiniões, sociabilidades, costumes, escritos e produções em gerais que circularam na Corte nos oitocentos, adaptado ao espaço-tempo em que o estudo se envereda. Nesse contexto, será direcionado olhar atento à participação de José de Alencar, seja como produtor ou consumidor dessas práticas, para que assim seja possível conduzir a análise acerca da relação do autor com a temática da escravidão e a sociedade de Corte. Para melhor entendimento sobre o conceito destacado, sugiro leitura: CARDOSO, G. P. **Práticas Letradas e a Construção do Mito Civilizador. “Luzes”, Secas e Abolicionismo (1873 - 1904)**. Fortaleza. Museu do Ceará/ SECULT, 2016.

“é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (Certeau, 1982, p. 3).

Partindo desta concepção, Alencar tinha participação ativa no universo de práticas letradas no ambiente da Corte, sobretudo, no campo da Literatura. Tendo em vista que, especialmente, a documentação utilizada nesta pesquisa será de cunho literário, vale registrar que a Literatura será pensada como,

registro social, uma reflexão e leitura sobre a cultura e suas questões, uma agente que institui um imaginário e uma memória, um produto de criação que envolve memórias e a elas recorre como matéria ficcional, e permeada de intencionalidades. Ela detém um valor temporal, histórico, o qual se pode desvelar por meio um processo de historicização, ou seja, de sua inserção no tempo e na sociedade em que foi produzida, clareando a relação de trocas recíprocas, de contatos e interações entre essas dimensões, suas aproximações e seus distanciamentos internos e externos (Borges, 2010, p. 102).

Em face destas maneiras possíveis de analisar o texto literário, ao nos voltarmos para a obra *O Demônio Familiar*, o personagem Pedro, negro escravizado, será analisado a partir do conceito de *Representação* tomando como base as discussões alicerçadas por Roger Chartier (2002). O autor parte do pressuposto de que as representações do mundo social são forjadas a partir do interesse de um sujeito ou grupo. “Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (Chartier, 2002, p. 17). Desse modo, a partir da atuação de José de Alencar na Corte Imperial, trataremos de analisar de quais maneiras o autor atribui e articula a representação social do negro escravizado na obra *o Demônio Familiar*. Sendo que, para Chartier (2002), falar sobre

As representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (Chartier, 2002, p. 17).

Diante do excerto acima, as representações são entendidas por Chartier (2002) como construções simbólicas e culturais de uma dada sociedade, que partem de lutas discursivas dos indivíduos e/ou grupos na tentativa de impor determinadas formas de compreender e interpretar o mundo no qual fazemos parte. Desse modo, a narrativa da obra alencariana e os personagens que a compõem podem ser examinados à luz do sistema de representação social.

## SOCIEDADE DE CORTE E ESCRAVIDÃO NO BRASIL OITOCENTISTA

É importante compreendermos os elementos que constituíam a vida social na capital do Império. Foi especialmente no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1840 e 1860, que se consolidaram eventos e espaços de sociabilidade, como concertos, bailes, reuniões e festividades. De maneira que, “a corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses” (Schwarcz, 1998, p. 156).

Naquele período, embora houvesse a intenção de legitimar uma história nacional, as influências culturais europeias predominavam no cotidiano da Corte. Nessas condições, é válido analisar as muitas facetas presentes na sede da Corte, que naquele contexto, atuava “[...] como um pólo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da boa sociedade” (Schwarcz, 1998, p. 152).

Sob a aparência de progresso e civilidade europeia, a capital imperial abrigava complexidades que merecem um olhar mais atento. Tomando como referência a análise crítica de Lilia Schwarcz (1998), buscamos compreender a complexa realidade da Corte imperial. Conforme a historiadora,

não se enganem, portanto, aqueles que pensam que o Rio de Janeiro é Paris. A corte era uma ilha cercada pelo ambiente rural, por todos os lados, e a escravidão estava em qualquer parte. No fundo, a elegância europeia e calculada convivia com o odor das ruas, o comércio ainda miúdo e uma corte diminuta, e muito marcada pelas cores e costumes africanos (Schwarcz, 1998, p. 161).

Frente a esta observação, identificamos as contradições vivenciadas no ambiente da Corte, em que por um lado buscava-se projetar uma ideia de estabilidade, mas por outro, convivia com a exploração da mão de obra escravizada. Diante disso, a conjuntura do sistema escravista suscitou agitações profundas, que levaram ao debate aqueles que defendem sua manutenção e outros que buscavam a abolição. Naquele cenário,

[...] toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade (Carvalho, 2008, p. 20).

Desse modo, em um contexto político e parlamentar predominantemente conservador<sup>7</sup>, bem como, a permanência do trabalho escravo de africanos traficados, a escravidão ganhava centralidade

---

<sup>7</sup> Naquele período, a conjuntura política era marcada pelo predomínio dos partidos políticos - Partido Conservador e Partido Liberal- sendo que para além da teoria, na prática muitas das pautas defendidas por ambos

nos debates na Corte. Naquele momento, a presença dos cativos era crescente tanto no campo quanto nas cidades, de modo que, sobre os locais que continham maior quantidade de escravizados no Brasil da época, “[...] Minas Gerais e Rio de Janeiro eram as províncias em que esse número figurava em primeiro lugar” (Sodré, 2004, p. 73).

A corte reunia em 1851, de acordo com o Almanak Laemmert a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos em 266 mil habitantes. Tal volume de cativos levava a uma divisão fundamental: de um lado, a rua do Ouvidor, com seus hábitos requintados e europeus; de outro, uma cidade quase negra em suas cores e hábitos africanos (Schwarcz, 1998, p. 162)

Diante da forte presença da população escravizada no Rio de Janeiro e do contraste marcante no espaço social, é fundamental destacar como a escravidão era percebida no século XIX — e, sobretudo, de que maneira os indivíduos escravizados eram tratados nesse contexto.

O historiador Jaime Pinsky (2010) na obra *a Escravidão no Brasil*, faz uma análise histórica sobre o significado de escravidão naquele espaço-tempo. Esta foi pensada pelo autor como uma instituição que “[...] se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força” (Pinsky, 2010, p. 11).

Nessa vertente, ter a posse de um escravo, bem como, utilizá-lo na feitura dos principais produtos que mantinham o crescimento da economia do país, fez com que, a classe dominante do Brasil, dependente da mão de obra escrava, permanecesse em silêncio frente “[...] aos poucos indivíduos que, identificados com as novas idéias ilustradas então em voga na Europa, denunciavam a contradição entre liberalismo e escravidão e condenavam a escravidão em termos morais, religiosos e econômicos” (Costa, 2008, p. 16). Logo, as ações efetivas para a abolição ainda eram tímidas, principalmente porque a elite agrária encontrava maneiras de sufocar os manifestações contestatórias que surgiam.

## PRÁTICAS LETRADAS, LITERATURA E ESCRAVIDÃO

Os debates e posicionamentos políticos do período imperial giravam em torno, sobretudo, dos grupos intelectuais da época, os quais abrigavam opiniões e ideologias distintas sobre diversas questões. Os responsáveis por constituir o cerne dessa intelectualidade, frequentemente, atuavam em

---

os partidos se confundiam, e havia predomínio pelo conservadorismo no sentido das ideias e costumes da sociedade de Corte.

distintos setores públicos, como no jornalismo, na literatura, advocacia e política. Nesse sentido, no Segundo Reinado, entre os grupos intelectuais “as formações eram diversas, as aspirações profissionais variavam em função das particularidades de cada especialização, assim como tornava-se mais difícil a definição de um só perfil socioeconômico para os membros dessas instituições” (Schwarcz, 1993, p. 34).

Nelson Sodré (2004) no livro *Panorama do Segundo Império*, possibilita, dentre outras coisas, dimensionar como se configurava a elite social do país na época, ao salientar o quanto, “a elite brasileira do segundo império, que sucedeu   elite portuguesa que, vinda no bojo da independência, entrou pelo império adentro, era constituída pelas oligarquias provinciais, fortalecidas pelo patriarcado brasileiro e enraizadas na terra” (Sodré, 2004, p. 55). Isso evidencia como os grandes senhores de engenho e latifundiários detinham bens e poder na esfera político-econ mica da época.

Nessa conjuntura, adentrou no Brasil uma crescente investida nas profissões liberais, e conforme salienta Nelson Sodré (2004) houve também mudanças no país, ainda que lentas, entre os empresários do campo num movimento de migra o para o espaço das cidades, onde as possibilidades de forma o educacional eram maiores. A esse processo de moviment o entre as elites, Sodré (2004) pontua que   quando “inicia-se a fase urbana da civiliza o brasileira. A elite agrária vai ser substituída pela elite dos letrados” (Sodré, 2004, p. 57).

Há de se mencionar que para a forma o dessa elite letrada, houve consideráveis influências de livros e ideias estrangeiras, inserindo-se a  escolas literárias e filosóficas que circulavam na corte imperial. Foi nesse cenário de agita es que

A ideia abolicionista começa a congregar essa elite de letrados. E, quando ela toma dos altos postos, na administra o e na política do país, vai levantar essas bandeiras liberais, apressando a soluço do problema e impondo essa soluço, sem qualquer atenuante e, também, sem cuidar da transitoriedade e do traumatismo que haviam de produzir no organismo econ mico do país (Sodré, 2004, p. 62).

Nesse âmbito, tantos eram os sujeitos que pretendiam compor os nomes responsáveis pela produ o escrita da História Nacional<sup>8</sup>, pois muitos escritos tinham por objetivo contribuir com a constru o dos registros do passado da na o, mas também eram feitos com a perspectiva de delinear os caminhos futuros do país rumo a uma posi o próspera. Dessa maneira, a forma o do cânone literário no Brasil oitocentista era marcada por um espaço de disputas de ideias e narrativas. Estava em jogo, além da promo o pessoal do escritor, a responsabilidade por colocar o país num patamar de destaque e respeito frente às demais na es independentes.

---

<sup>8</sup> Dentre as institui es que se destacaram pela produ o intelectual do Brasil na época, podemos mencionar que em 1838 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com o objetivo de abarcar estudos que destacam o passado histórico do país, as questões presentes na época e os aspectos geográficos e étnicos.

Com base nisso, destacamos a importância histórica da produção literária da época, pois esta consiste em fonte indispensável para analisar como os negros escravizados foram representados nos escritos do período. Além disso, é fundamental considerar que os principais registros de expressões e opiniões dos intelectuais oitocentistas sobre o que estava em discussão na Corte, eram feitos através dos manuscritos produzidos pelos letrados, os quais, em sua maioria, circulavam entre a opinião pública da sociedade imperial.

Sendo assim, as produções literárias não seguiam um padrão, mas cada uma enveredava por abordagens distintas, devendo ser lida e interpretada dentro das suas próprias atribuições. Sabendo disso, “cabe àqueles que trabalham com a fonte literária, em vez de enquadrá-la em algum gênero pressuposto, interrogar a que público ela se destina e que papel cumpre nas condições sociais e culturais de uma época” (Ferreira, 2009, p. 74). Posto este raciocínio, até certo momento, no meio literário da época,

o negro não podia ser tomado como assunto, e muito menos como herói [...] porque representava a última camada social, aquela que só podia oferecer o trabalho e para isso era até compelida. Numa sociedade escravocrata honrar o negro, valorizar o negro, teria representado heresia. Não chegaria a ocorrer aos escritores do tempo, oriundos da classe dominante, e nem teria tido o romantismo posto nesses termos, afinidade alguma com o mundo dos leitores, também recrutados naquela classe (Sodré, 1995, p. 268).

Isso explica a baixa ocorrência de autores durante as primeiras décadas do Império que, por meio de suas obras, atribuíram destaque ao personagem negro. Esse cenário foi modificado apenas com a tomada de consciência de parte da sociedade de que a escravidão era um mal e os negros não poderiam continuar submetidos a tais condições. Portanto, podemos considerar que os escritos literários se voltaram para os negros, sobremaneira, quando a ideia de emancipação dos escravos começou a ganhar força na Corte.

Nesse sentido, a presença do negro na Literatura brasileira do século XIX pode ser vista, principalmente, em três aspectos: como tema principal de obras literárias, como personagem secundário e como autor de textos literários. Como temática principal, a escravidão e a luta pelos direitos dos negros foram abordadas por alguns autores do período, a exemplo de Castro Alves (1847-1871). Em outras obras da época ainda que presente, o negro aparece em segundo plano.

Alguns autores, como Machado de Assis (1839-1908), com a obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), retrataram personagens negros de maneira mais complexa e humanizada. Finalmente, o negro também foi autor de algumas obras literárias importantes do século XIX, como no poema *Canto dos Escravos* (1863), de Cruz e Sousa (1861-1898), e o livro *O Abolicionista* (1870), de Joaquim Nabuco (1849-1910), intelectual que esteve na luta pela abolição dos escravos no Brasil.

Além desses, o escritor José de Alencar na ponta de sua pena, também evidenciou personagens negros e a escravidão, como nas obras *O Demônio Familiar* (1857) e *Mãe* (1860). Na primeira, o autor traz o escravo doméstico Pedro como personagem central, e na segunda, a personagem escravizada Joana aparece como protagonista. As obras, permitem aos leitores dimensionarem como a questão da escravidão e abolição dos escravos estava sendo debatida no ambiente do Rio de Janeiro Imperial.

## **JOSÉ DE ALENCAR E A REPRESENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO EM *O DEMÔNIO FAMILIAR***

José Martiniano de Alencar (1829-1877) natural de Messejana, Ceará, é um dos principais cânones da Literatura brasileira, tendo reunido vasta e diversificada obra. Alencar foi sujeito que não só viveu em diferentes lugares - Fortaleza, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro - como também ocupou distintas posições profissionais, atuando como advogado, jornalista, folhetinista e escritor.

Sabendo disso, é importante se debruçar nas distintas atuações do escritor cearense para compreender como este retratou a questão da escravidão e do escravizado no ambiente da Corte. Diante disso, consideramos ser imprescindível pensar o lugar social ocupado por Alencar, pois “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (Certeau, 1982, p. 3).

Nesse sentido, a atuação como folhetinista, fez com que Alencar se aproximasse do cotidiano da sociedade de Corte, uma vez que era pauta aguardada pelos leitores as discussões voltadas aos problemas e questões que sacudiam o corpo social da época. Isso acabou por exigir do autor uma imersão nos eventos do Rio de Janeiro Imperial, fazendo com que ele passasse a frequentar bailes, salões, clubes e teatros da cidade em busca de acompanhar os principais acontecimentos daquela sociedade. Foi essa uma das razões para que o poder de observação e criticidade do autor estivessem mais apuradas,

Tal característica se entranharia na escrita de Alencar, desenvolvendo-se na sua dramaturgia, nos seus perfis de mulher e nos seus romances urbanos. Aliada à acuidade da observação do cotidiano estava a finura da ironia do autor, por vezes graciosa, por vezes velada, outras mais hermética e quase sempre ácida. Criticar a sociedade brasileira, teimosa em querer hábitos e notícias d'além mar, viria a ser uma das principais características desses primeiros escritos alencarianos (Leal, 2014, p. 99).

Nessa perspectiva, a vida de Alencar esteve cercada de numerosas polêmicas, que ambientaram o espaço político, literário e jornalístico do autor. Motivado pelo incansável desejo de

fazer das produções brasileiras um espaço de reflexão, dotado de significado para a sociedade da época, Alencar enveredou também pelo caminho da dramaturgia. Muito embora aspirasse pela nacionalização da literatura dramática, paradoxalmente, o autor foi buscar na cultura parisiense do século XIX os elementos necessários para ser posto em prática a pretendida modernização teatral brasileira.

Após publicar suas primeiras peças, em 5 de novembro de 1857, estreava a obra alencariana que nos suscita grandes reflexões nesta pesquisa, que foi *O Demônio Familiar*. Esta “[...] tratava-se da primeira comédia realista brasileira, a atestar uma escolha estética de Alencar que o colocava na vanguarda do teatro de seu tempo” (Faria, 2009, p. 55).

Além disso, tal produção demarcava a escolha estética de Alencar, evidenciando que “[...] ele preferiu a comédia realista, a alta comédia, por acreditar que o teatro era uma arte essencialmente educativa e edificante, que colaborava no aprimoramento moral da vida em família e em sociedade” (Faria, 2009, p. 55). Tanto foi, que a peça obteve sucesso entre os espectadores, levando-os a refletir sobre questões presentes no próprio ambiente da Corte.

O próprio Alencar tratou de explicar sua intenção ao escrever *O Demônio Familiar*, quando pontua no jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, que “esta comédia é um quadro da nossa vida doméstica; uma pintura de nossos costumes; um esboço imperfeito das cenas íntimas que se passam no interior das nossas casas; é, enfim, a imagem da família” (Alencar, 1858, p. 2). Esse pronunciamento atesta o desígnio do escritor cearense em retratar a sociedade de Corte no íntimo de sua produção, ao abordar questões sociais da época, tais como, as estruturas familiares, as relações de gênero, o casamento por interesse e a relação entre senhor e escravo.

Nessa perspectiva, a obra destaca a escravidão como um dos elementos predominantes e obteve considerável repercussão na época tanto no que se refere a representação teatral no palco, quanto no que diz respeito às questões suscitadas pela escrita narrativa da produção. Nesse sentido, ao observar a obra,

se atentarmos para a condição social dos personagens da peça, veremos que Alencar escolheu deliberadamente uma família de classe média, já próxima das idéias liberais e dos valores burgueses. O demônio familiar do título é um moleque escravo, resquício dos velhos hábitos, dos quais logo a família estará liberta. Ou seja, quando resolveu se dedicar ao teatro, estimulado tanto pelo meio em que vivia quanto pelas peças francesas que lia ou via no palco do Ginásio, naturalmente Alencar se voltou para a parcela da população do Rio de Janeiro que considerava mais moderna, para retratar os seus costumes, apontar as suas qualidades e corrigir os seus defeitos (Faria, 2009, p. 56).

Nessas condições, a narrativa dramática gira em torno das ações do escravo Pedro no convívio de uma família aburguesada da Corte. Entre mentiras, calúnias e espertezas, o escravo aparece como o articulador de numerosos desentendimentos, de modo que,

As confusões armadas pelo moleque Pedro envolvem outros personagens, alimentam os conflitos e dão ossatura à comédia em que Alencar expõe e debate duas questões de interesse da nossa sociedade burguesa ainda em formação: a presença do escravo dentro dos lares e as relações entre o amor, o dinheiro e o casamento (Faria, 2009, p. 56).

Pondo nota nas questões que recaem sobre a obra, deparamo-nos com um escravizado que em suas ações e falas ao longo da narrativa, revela os aspectos apontados acima por Faria (2009). Diante da diversidade intrínseca à condição dos indivíduos escravizados no âmago do sistema escravista brasileiro, Pedro emerge como um representante do escravo doméstico<sup>9</sup> em meio a um ambiente familiar da sociedade de corte.

Durante o desenvolvimento da trama é demonstrado como o escravizado possui características que podem ser entendidas como de um moleque inquieto, travesso e mentiroso. Ao passo que, na descrição de algumas cenas, ele é descrito com certa inocência e aparente pouco conhecimento sobre a sua condição, pois frequentemente desrespeita as ordens de seu dono, sem medir as consequências que poderia lhe custar, ao querer, por exemplo, sair à rua ou comprar soldadinho de chumbo, ações que podem ser explicadas pela sua juventude e como se rendia às brincadeiras. Sobre a peça, o historiador Wellington Lima (2019), entende que,

O enredo da obra é movido pelas vontades e desejos de “ser” e “ter” do escravo Pedro e gira em torno das intervenções e desordens provocadas pelo então jovem “demônio familiar” na vida amorosa de 5 personagens importantes: Eduardo e Henriqueta, Alfredo, Carlotinha e Azevedo. Nesse contexto, a peça é revestida de um grande “efeito moral” atribuindo-lhe assim no valor humano e literário (Lima, 2019, p. 30).

Julgamos oportuno esse esforço analítico, pois “[...] recorrer à literatura para a produção do conhecimento histórico pressupõe uma reflexão sobre ela, problematizá-la e historicizá-la” (Borges, 2010, p. 103). Nesse sentido, faz-se importante explorar a construção do personagem escravizado, entendido aqui, como parte da proposta narrativa de Alencar sobre a escravidão e o processo abolicionista. Assim, é importante refletir até que ponto as representações da escravidão e do escravizado ao longo da obra, podem ser interpretadas como extensão das perspectivas do autor acerca desses temas cruciais.

---

<sup>9</sup> Esse tipo de trabalho escravo compreendia serviços diversificados no interior dos domicílios por aqueles que também eram chamados de “criados”. Naquela época, na Corte “muitas casas tinham pelo menos um escravo, alugado ou próprio, para lavar, engomar e passar”. (KARASCH, 2000, p. 288)

Nessa vertente, *O Demônio Familiar* pode ser concebido como registro social e uma leitura de Alencar do contexto em que vivia. Tendo isso em mente, Para Machado (1866) a peça “[...] apresenta um quadro de família, com o verdadeiro cunho da família brasileira; reina ali um ar de convivência e de paz doméstica, que encanta desde logo; só as intrigas de Pedro transtornam aquela superfície” (Assis, 1866, posição 497). Diante disso, houve apreciação positiva vinda de Machado acerca das questões tratadas na obra sobre a conjuntura familiar da época, mas, sobretudo, a obra se concentra na representação do escravo e seus efeitos no espaço social e familiar no Brasil oitocentista.

Atentar-se a esses aspectos, possibilita interpretação do escrito literário não como produto meramente ficcional, mas atrelado a “[...] um nível de realidade e um nível de elaboração da realidade;” (Cândido, 2006, p. 177), podendo ser visualizado como produto da tentativa de registro sobre determinado tempo, espaço e acontecimentos.

Diante disso, é possível dizer que, “O Demônio Familiar consiste numa admoestação com traços cômicos acerca dos perigos decorrentes da presença de escravos no mundo burguês” (Regiani; Medeiros, 2022, p. 124). Essa concepção acerca da obra, revela um entendimento do uso da comicidade como estratégia de discussão sobre os escravizados e o sistema escravista na sociedade burguesa da Corte Imperial.

Sabendo disso, direcionamos nossas inquietações à forma como José de Alencar representa o escravo doméstico na peça, de modo a pensar quais atribuições Pedro desempenha na obra e de que maneira a relação com o senhor e os demais personagens foi estabelecida. Cabe ressaltar que, diante das intrigas e desavenças provocadas pelo escravo no decorrer da obra, ao final Alencar deixa nítido que “O Demônio Familiar” referido no título é o próprio Pedro, quando após descobrir que o escravo foi o responsável pelas discórdias implantadas no ambiente familiar, o senhor de Pedro, personagem Eduardo, assim proferiu,

Os antigos acreditavam que toda a casa era habitada por um demônio familiar, do qual dependia a felicidade, o socego e a tranquillidade das pessoas que nella vivião. Nós, os brasileiros, realisamos infelizmente essa crença; temos no nosso lar doméstico esse demônio familiar. Quantas vezes não partilha connosco as caricias de nossas mães, os folguedos de nossos irmãos, e uma parte das affeições da família. Mas vem um dia, como hoje, em aue elle na sua ignorância ou na sua malícia perturba a paz domestica; e faz do amor, da amizade, da innocencia, da reputação, 'de todos esses objectos santos, um jogo de creança, um capricho ridículo. Este demônio familiar de nossas casas, que todos conhecemos, ei-lo. (Aponta para Pedro) (Alencar, 1857. p. 154).

Em vista disso, inserido no cenário doméstico, o escravizado da peça flutua na dualidade do bem e do mal, porque, mesmo ao ser responsabilizado por provocar desagradáveis situações entre os personagens, Pedro toma atitudes que em seu pensamento visam melhorar a vida de seus patrões e a sua. “Ser cocheiro é o seu sonho e acredita que, enganando os que lhe cercam, estará fazendo o bem

não apenas para ele, mas para todos” (Magalhães, 2015, p. 61). Embora, resumidamente, suas ações apenas tenham trazido prejuízos e inimizades às pessoas de seu convívio.

Depois de uma sequência de atos que causaram confusões entre os personagens, essas mentiras declaradas por Pedro foram gradativamente sendo descobertas. Eduardo começa a conectar os acontecimentos e entre um desencontro e outro, percebe que o único possível responsável por tamanho desentendimento era o escravo e busca entender os motivos para Pedro ter agido de maneira inteiramente desonesta.

**EDUARDO, rindo-se.**

Eis um corredor de casamentos, que seria um achado precioso para certos indivíduos do meu conhecimento! Vou tratar de vender-te a algum delles para que possas aproveitar o teu gênio industrioso.

**PEDRO.**

Oh! Não; Pedro quer servir a meu senhor! Vm. perdoa; Foi para ver senhor rico!

**EDUARDO.**

E que lucras tu com isto? Sou eu tão pobre que te falte com aquillo de que precisas? Não te trato mais como um amigo do que como um escravo?

**PEDRO.**

Oh! trata muito bem; mas Pedro queria que senhor tivesse muito dinheiro e comprasse carro bem bonito para...

**EDUARDO.**

Para?.. Dize!...

**PEDRO.**

Para Pedro ser cocheiro de senhor

**EDUARDO.**

Então a razão única de tudo isto é o desejo que tens de ser cocheiro?

**PEDRO.**

Sim, senhor! (Alencar, 1857, p. 58).

No trecho acima, Pedro admitiu ter trocado as cartas que seu senhor havia destinado à uma certa viúva, substituindo-as pelas cartas direcionadas a sua pretendente, Henriqueta. Ao tomar conhecimento disso, o médico demonstrou decepção diante da interferência do escravo em sua vida e da família e considerou a possibilidade de vendê-lo, mas Pedro resistiu. O escravo justificou suas artimanhas dizendo “Pedro fez historia de negro; enganou senhor” (Alencar, 1857, p.59), sugerindo que as mentiras e malícias são inerentes aos negros e escravizados, dando a entender que tal conduta era exclusiva desse grupo.

Nessa vertente, na composição narrativa da obra, após uma série de desentendimentos provocados pelo escravo, ao fim da peça as travessuras deste são descobertas por seu dono Eduardo, que surpreende ao conceder a carta de alforria a Pedro, dizendo “[...] porque não terás um senhor que vele sobre ti, que te aconselhe e te dirija, porque não terás uma família que te alimente, e te estime!” (Alencar, 1857, p. 157). A atitude de Eduardo pode ser interpretada, como uma maneira encontrada

por José de Alencar de demonstrar uma visão de inocência ou incapacidade em torno do escravizado para viver por conta própria, pois no pronunciamento do médico Eduardo, ele aparenta entender que fora da tutela da família a qual pertence, Pedro ficaria desprotegido.

Além disso, é possível compreender a partir da cena descrita que, ao alforriar o escravo, podemos interpretar que a família estaria se livrando de um “mal” que assolava sua residência e, assim, ficaria livre das enganações provocadas pelo escravizado, que seria representado como esse “demônio familiar”. Sobre o desfecho, para Vasconcelos (2006)

Como possíveis subtextos podemos discutir o papel de Pedro e a idéia do demônio familiar, colocada por Eduardo no final da peça, esta contradiz as ações do moleque pois ele na verdade tem um propósito definido desde o início da trama, domina a família através do conhecimento das fraquezas humanas e chega ao final realizando seu intento. A liberdade, percebida por Eduardo como uma forma de castigo, pode ser comparada ao mito sacrificial do índio nos romances alencarianos, uma forma de resolver o mal estar do Brasil em relação às suas raças fundadoras (Vasconcelos, 2006, p. 180).

Nesse sentido, sobre a alforria de Pedro, Magalhães (2015) também interpreta que “essa não vem como um prêmio, mas como forma de castigo, pois Eduardo acredita que, enquanto homem livre, Pedro irá sofrer as consequências pelos atos que cometeu, tendo que responder por eles” (Magalhães, 2015, p. 64). Para o autor, portanto, a ação de Eduardo visa punir o escravizado retirando a tutela que a família tinha sobre ele, ao transferir para o próprio liberto os reveses de viver em sociedade. Desse modo, a fala do personagem parece convidar a sociedade da época a refletir: longe da família, quem educaria o escravo? Quem lhe conferia os ensinamentos morais e éticos? – ao que parece, a partir de então, Alencar pretendeu demonstrar que estaria a cargo da própria sociedade.

Entendendo dessa maneira, o que orientou Alencar na construção do personagem Pedro foi delineado pelas intrigas e mentiras as quais este articulou. Com essa escolha narrativa, que é também política, o autor pretendeu demonstrar como a presença do escravo no lar brasileiro intensificava situações problemáticas, em que “[...] o cativo é o responsável pela desordem instalada no seio da família senhorial” (Leal; Rodrigues; 2022, p. 81).

Em suma, através do efeito moralizante, a passagem do escravizado na obra foi grifada por adjetivos como, azougue, moleque e capetinha, que marcam o caráter negativo associado ao escravizado da trama. Consideramos que quando se fala em uma produção literária, esta “[...] não se constitui em pura ficção, pois o literato não cria nada a partir do nada. Não se faz literatura sem contato com a sociedade, a cultura e a História” (Borges, 2010, p. 98). Nessas condições, por mais que se trate de um personagem literário, quando a análise considera a historicidade da produção, é bem possível recorrer as ações de Pedro na peça como uma representação do escravizado na sociedade de corte e da própria ideia que Alencar teria sobre a questão da escravidão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, a partir do exposto, contribuir com o diálogo e reflexão sobre a escravidão na sociedade de Corte a partir da produção literária de José de Alencar. Reconhecemos que as análises e possibilidades interpretativas sobre tais questões não se findam por aqui, muito pelo contrário, demandam investigações e análises subsequentes.

No universo literário, sobremaneira, na ação dramática, Alencar destacou o tema da escravidão através do *Demônio Familiar*. Nesta obra, analisamos o contexto e as principais discussões em torno da presença da escravidão representada pelo personagem Pedro e das ações por ele praticadas. Assim, conforme as relações estabelecidas, acreditamos ter conseguido, ainda que minimamente, demonstrar como o escravizado foi representado por Alencar, o que, de certo modo, revela como o autor pensava acerca da questão escravista durante aquele contexto.

Ao relacionar os conceitos de *Práticas Letradas e Representação* à análise desenvolvida, foi percebido que as discussões sobre a escravidão nos diversos espaços da Corte, sobretudo, na produção literária, somente podem ser melhor compreendidas quando pensamos neste conjunto de ideias e debates que circulavam na sociedade de Corte. Com essa dimensão, foi possível analisar a representação do escravizado e da escravidão na obra *O Demônio Familiar*.

Desse modo, por meio do arcabouço teórico posto em diálogo e das fontes utilizadas nesse estudo, foi observado que tanto a conjuntura, quanto o lugar social ocupado por Alencar interferiram na sua forma de representar a escravidão no universo literário. Fato é que o escritor cearense era um sujeito imerso na elite da época, e buscava atender as questões que eram de interesse para a classe à qual pertencia.

Diante disso, Alencar via o caminho para o abolicionismo por meio da mudança de costumes e, por meio da peça *O Demônio Familiar* e da representação do escravizado na figura de Pedro, buscou levar a sociedade à reflexão sobre os temas em evidência, destacando, sobretudo, os impactos da escravidão no ambiente familiar da época. Nesse sentido, consideramos que a obra ultrapassa o mero entretenimento, sendo necessário reconhecer sua dimensão histórica e seu potencial como fonte para análise das relações entre a sociedade de corte oitocentista e a questão da escravidão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **A Comédia Realista**. Rio de Janeiro: O Diário do Rio de Janeiro. 1858, p.2.

ALENCAR, José de. **O Demônio Familiar**. Rio de Janeiro: Typographia de soares & irmão. 1857.

ASSIS, Machado de. **Obras completas de José de Alencar V: Teatro completo. Com críticas de Machado de Assis**. 1866.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e literatura: algumas considerações**. Revista de Teoria da História - Journal of Theory of History, v. 3, n. 1, p. 94-109, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658/16073>. Acesso em: 25 maio 2025.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARDOSO, G. P. **Práticas Letradas e a Construção do Mito Civilizador. “Luzes”, Secas e Abolicionismo (1873 - 1904)**. Fortaleza. Museu do Ceará/ SECULT, 2016. Disponível em: <https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/94/2022/02/PR%C3%81TICAS-LETRADAS-E-A-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DO-MITO-CIVILIZADOR.pdf> Acesso em: 28 maio 2025

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: A elite política imperial. Teatro de Sombras: A política imperial**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Emília Viotti. **A Abolição**. 8º ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CERTEAU, Michael. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Introdução. **Por uma sociologia histórica das Práticas Culturais in . A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial Ltda. 2002.

FARIA, João Roberto. **Alencar Dramaturgo: Uma representação**. São Paulo: Rev. Letras – Nº 29(2) – vol.1 jan./jul.- 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/820/1/2009\\_art\\_JRFaria.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/820/1/2009_art_JRFaria.pdf) Acesso em: 04 jun. 2025.

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. (Org). **o Historiador e suas fontes**. Editora contexto, 2009.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEAL, Tito Barros. **Poetizando a história nacional: ficcionalização da história e método historiográfico em José de Alencar**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Letras de Lisboa, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/15497/1/ulsd069324\\_td\\_Tito\\_Medeiros.pdf](https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/15497/1/ulsd069324_td_Tito_Medeiros.pdf) Acesso em: 7 dez 2024.

LIMA, Francisco Wellington. A dramaturgia alencariana em cinco atos. In: **José de Alencar in Cena – Estudos da dramaturgia alencariana**. Macapá: UNIFAP, 2019, p. 17-52.

LUTIFE, Lara De Sousa. **José de Alencar e a escravidão: literatura, teatro e escritos políticos (1850-1867)**. 2024. 121 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=115282> Acesso em: 28 jun 2025.

# HISTÓRIA E CULTURAS

MAGALHÃES, Nathan Matos. **José de Alencar e a escravidão: suas peças teatrais e o pensamento sobre o processo abolicionista**. Dissertação (Mestrado em Letras): Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Clio e a Grande Virada da História in. História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.7 - 17.

PINSK, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 2ºed, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

REGIANI, Álvaro; MEDEIROS, Kenia. Cena aberta para a escravidão: discursos e representações sobre a escravidão em O Demônio Familiar de José de Alencar. In: LEAL, Tito Barros (Orgs) *Et. Al. José de Alencar in Cena – Estudos da dramaturgia alencariana (vol. 2)* Sobral: SertãoCult / Fortaleza: ANPUH-CE, 2022. Disponível em: <https://repositorio.editorasertaocult.com.br/index.php/omp/catalog/view/71/116/127> Acesso em: 22 de julho 2024.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Cia. Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre “homens de ciencia”. In.: **O espetáculo das raças: cientistas, instruções e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. As razões do indianismo. In: **História da Literatura Brasileira**. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995, p. 267.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2º ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.

VASCONCELOS, Paulo Henrique Castanheira. **O Teatro de José de Alencar e a imagem do negro no Brasil do século XIX**. Goiás: Guanacuns: Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, Nº 03/04, 167- 181, Nov. 2005 / Jun. 2006.